



## **Teses, exames, sabatinas e provas: uma tentativa de narrar a trajetória da avaliação da matemática escolar no ensino primário paranaense (1900-1970)**

**Tests, exams and sabinas: an attempt to narrate the trajectory of evaluation of mathematics in primary education schools in Paraná (1900-1970)**

*Reginaldo Rodrigues da Costa<sup>1</sup>*

*Wagner Alexandre do Amaral<sup>2</sup>*

### **Resumo**

A história da educação matemática tem se mostrado um campo profícuo de produção de conhecimento acerca da matemática escolar e o uso de variadas fontes tem permitido a tessitura de narrativas sobre a constituição dos saberes matemáticos ensinados nas escolas brasileiras. Considerando a importância desses estudos o presente texto apresenta uma sistematização a partir de trabalhos apresentados no XVI Seminário Temático do GHEMAT realizado em Boa Vista em abril de 2018. Foram considerados os trabalhos que tinham como contexto o estado do Paraná e as práticas de avaliação realizadas entre o período de 1900 a 1970. A partir dessas pesquisas pode-se perceber que a realização dos exames passa por uma transformação na sua concepção e na sua forma de realização. A avaliação desloca seu objetivo, que inicialmente tinha o propósito de classificar o aluno para a constituição de turmas homogêneas e ao final do período passa a influenciar a organização do ensino da matemática escolar.

Palavras-chave: exames; ensino primário paranaense; matemática escolar.

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objeto a avaliação da matemática escolar paranaense compreendida entre 1900 e 1970. Esse período se justifica pelo fato de tomar como fontes e subsídios, para sua estruturação, os trabalhos e comunicações

---

1 Doutor em Educação, Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil. E-mail: reginaldo.costa@pucpr.br.

2 Professor de Matemática QPM do Estado do Paraná, Bacharel e Licenciado em Matemática pela Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil. E-mail: wagamaral@hotmail.com.

## Quarto Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática

orais que foram apresentados no XVI Seminário Temático realizado em Boa Vista, estado de Roraima, entre os dias 11 a 13 de abril de 2018. O referido seminário teve como temática as provas e exames e sua relação com a escrita da história da matemática. Nesse sentido, os trabalhos apresentados no seminário se configuraram com fonte principal para a escrita da história da matemática paranaense, pretendida neste texto.

Os trabalhos considerados para este estudo são de autoria de pesquisadores paranaenses que tiveram a intenção de construir uma descrição da cultura escolar, principalmente no que tange ao processo de avaliação nas escolas do estado do Paraná no período.

Quadro 1 – Comunicações orais sobre a avaliação no estado do Paraná

Título	Autores	Período	Foco do estudo
Os exames escolares na trajetória legislativa do ensino primário no Paraná (1900-1960)	Lidiane Gomes dos Santos Felisberto	1900 a 1960	Orientações oficiais para os exames finais em Aritmética do ensino primário
Os saberes geométricos e suas diferentes práticas avaliativas no ensino primário paranaense (1915-1928)	Alexsandra Camara	1910 a 1920	A avaliação dos saberes geométricos no ensino primário
Dos programas às sabatinas e das sabatinas aos programas: formação matemática dos professores primários não normalistas no Paraná	Iara da Silva França Antonio Flavio Claras	1940	A avaliação da aritmética no curso complementar primário paranaense
O ensino de aritmética na escola paranaense: relações entre o prescrito e o ensinado no ensino primário	Reginaldo Rodrigues da Costa Wagner Alexandre do Amaral	1960 a 1970	Avaliação dos saberes aritméticos do ensino primário.
Provas e exames de admissão no estado do paraná 1961: orientações oficiais versus a apropriação pela escola	Mariliza Simonete Portela Antonio Flavio Claras	1960 a 1970	A avaliação da aritmética nos exames de admissão

Fonte: XV Seminário Temático (2018)

Cabe destacar que, interessa saber, identificar e entender que transformações ocorreram na dimensão da avaliação da matemática escolar no estado do Paraná, e que representações foram constituídas na cultura escolar do período estabelecido neste estudo. Acredita-se que ao compreender como se verificava, aferia e avaliava a aprendizagem da matemática escolar é possível identificar as funções da avaliação e que influências ela exercia sobre o processo de ensino. Outro aspecto que também é posto, se refere as influências que

impactavam sobre as práticas de avaliação realizadas no ensino primário paranaense no período de 1900 a 1970.

Segundo Valente (2015) sistematizações, estudos e pesquisas sobre o ensino primário e a matemática escolar numa perspectiva história ainda são incipientes, ou seja, mesmo com esforços de um grupo de pesquisadores que investigam numa perspectiva cultural o ensino da matemática, ainda se exige mais pesquisas e estudos que incidam sobre esse nível de ensino e a matemática escolar ensinada nas escolas brasileiras. Nesse sentido, o presente texto é resultante de uma análise realizada a partir de um conjunto de pesquisas que têm como contexto o estado do Paraná e, especificamente a avaliação nos primeiros anos escolares da disciplina escolar de matemática.

O que se pretende não é esgotar o tema, mesmo porque o foco está somente sobre o ensino primário, mas pretende-se com este estudo apresentar uma possibilidade de investigação que parte da produção sistematizada de pesquisadores paranaenses, visando dar uma perspectiva mais ampliada sobre a condução da avaliação da matemática e, ao mesmo tempo, mostrar de que forma esses pesquisadores construíram sua narrativa histórica. Acredita-se que dessa forma, “seja possível avançar na compreensão da trajetória de constituição dos saberes elementares matemáticos presentes nos primeiros anos escolares” (Valente, 2015, p. 19).

Segundo Camara (2018, p. 1) “a avaliação escolar, tema de extrema complexidade, foi e continua sendo alvo de intensos debates na educação”. A mesma autora afirma que são variadas as formas de se conceber a avaliação e que seus objetivos têm como propósito “classificar, diagnosticar, investigar, premiar, controlar”, e com isso gera diversas representações no ambiente escolar e por consequência na cultura escolar.

O conjunto de trabalhos reúne vestígios da avaliação estreitamente relacionados com o contexto da educação primária, seja ela ao longo do processo de ensino da matemática ou, em forma de exames finais desse nível de ensino ou da avaliação realizada no processo de formação de professores em nível normal nas escolas paranaenses. Os saberes matemáticos ensinados e considerados nas avaliações contemplaram a Aritmética, relacionando os saberes do número e das operações aritméticas, e a geometria.

Os trabalhos se utilizam da abordagem da história cultural (Chartier, 1988) que constrói a trama de um determinado período a partir da descrição das práticas realizadas, suas representações e as formas de apropriação das mesmas. Nesse sentido, este estudo também se apropria desses conceitos ao passo que descreve de que forma o processo de avaliação se deu no período de 1900 a 1970, as formas como ele era concebido pelo poder público que representava o estado e por fim, qual foi o entendimento que a escola e os professores tiveram sobre o processo de avaliação e que permanências se estabeleceram e que transformações ocorreram.

## **As concepções de avaliação da matemática no estado do Paraná entre 1900 e 1970**

Segundo Felisberto (2018) a finalidade da avaliação no ensino da matemática

objetivava orientar a promoção de alunos ao final do ano letivo, assim, os exames escolares eram realizados ao final de um período letivo na escola primária paranaense. Essa prática, segundo a autora, estava prescrita no Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná de 1903<sup>3</sup>, que foi utilizada pela pesquisadora na escrita de sua pesquisa. A prática de realização dos exames finais ou parciais era realizada mediante a instauração de uma comissão examinadora constituída por pessoas que não pertenciam à comunidade escolar, ou seja, pessoas da sociedade civil. Nesse sentido o professor não tinha função além de, realizar os registros de todo o processo, assim, pode-se perceber que o mesmo ficava à margem da realização dos exames.

A partir da década de 1910, segundo Camara (2018), a educação paranaense passa por diversas alterações que visava “organizar o ensino primário”, o que gerou nesse período a instituição de várias normativas em relação à forma de realizar as avaliações. Nesse sentido Felisberto (2018) corrobora afirmando que era de pretensão dos dirigentes da Instrução Pública a modernização das escolas primárias isoladas estaduais sugerir uma organização semelhante à dos Grupos Escolares. Conseqüentemente, em meados da década de 1910, mais precisamente em 1914, as escolas isoladas foram reunidas em grupos escolares por meio da reforma proposta por Francisco Macedo<sup>4</sup>, Diretor da Instrução Pública paranaense da época.

O Código de Ensino de 1915<sup>5</sup> propunha uma organização da escola primária em quatro séries observando o que de mais moderno era proposta pela Pedagogia da Escola Nova, predominante na época (Felisberto, 2018), e em relação ao processo de realização dos exames ocorreu uma mudança nos critérios para definir a aprovação ou reprovação, o documento passa a considerar a aprendizagem do aluno, as notas obtidas ao longo do período letivo, para determinar sua aprovação e promoção para as séries posteriores.

Em 1917, o Código de Ensino<sup>6</sup> trouxe algumas modificações, principalmente, quanto a composição da comissão examinadora, já era estabelecida a participação de professores no processo de avaliação. Outro aspecto, segundo Camara (2018) é a instituição de valores numéricos para todos os conceitos atribuídos nos exames, segundo a autora, “cada conceito passa a ser atribuído a uma nota, que variava de zero a cinco, com os seguintes valores: 0 (péssimo-reprovado), 1 (má - reprovado), 2 (sofrível - reprovado), 3 (regular - aprovado simplesmente), 4 (boa - aprovado plenamente) e 5 (ótima - aprovado com distinção)”. Outro aspecto apontado por Felisberto (2018) se refere aos instrumentos e formas de avaliação utilizados, segundo a autora na realização dos exames eram empregadas “provas: escritas (contendo ditado, composição e Aritmética); práticas (caligrafia e desenho); e orais (com conteúdo de outras matérias)”, pode-se inferir que a matemática era verificada somente nas provas escritas.

<sup>3</sup> Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do PR. Amaral e Silva, O. F., 1903. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134515>.

<sup>4</sup> Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública levou adiante o plano de realizar uma Reforma Geral de Ensino (FELISBERTO, 2018).

<sup>5</sup> Código de Ensino (PR. Decreto nº 710/1915). Carlos Cavalcante Albuquerque e Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos.

<sup>6</sup> Código do Ensino do Estado do Paraná, 1917 (PR. Decreto n. 17 de 09/01/1917), que alterava significativamente o Código de Ensino de 1915.

A partir de 1920, quando César Pietro Martinez<sup>7</sup> ocupava o cargo de Inspetor Geral do Ensino do Estado do Paraná e, diante da realidade educacional paranaense iniciou um processo de uniformização das práticas escolares da época que, além da organização de um programa de ensino para os grupos escolares e um conjunto de normas e instruções sistematizadas para os professores paranaenses (Felisberto, 2018), enfatiza a necessidade de se considerar “todas as atividades desenvolvidas durante o ano” pelo aluno no momento da realização dos exames finais. Na avaliação, partir das instruções de Martinez, é necessário considerar a aprendizagem do aluno, tornado inadmissível considerar somente o exame como instrumento para definição da progressão do aluno.

Ainda, segundo Felisberto (2018), a partir da década de 1930 houve uma intenção de uniformizar a realização e execução dos exames escolares constituídos por provas orais, exercícios no quadro negro, leituras de texto e das cartas de Parker. Uma dessas ações refere-se à indicação antecipada dos conteúdos que seriam “cobrados” nas provas dos exames. Além disso, as avaliações que eram realizadas pelo professor regente passam a ter valor e consideradas pelas autoridades no processo de avaliação escolar (Camara, 2018).

Acredita-se que essa forma de conceber o processo de avaliação, na década de 1930 e que avança para a década de 1940, seja uma influência escolanovista que, segundo França e Claras (2018), concebia o desenvolvimento normal da criança por meio de atividades dirigidas que proporcionasse tornar a criança independente. Essas orientações estavam contidas no documento Organização do Ensino Primário e Normal no Estado do Paraná de 1942<sup>8</sup> que expressava uma concepção apoiada na psicologia e na biologia aplicadas à educação como caminho para o ensino e formação de professores para o ensino primário. Segundo os autores essa perspectiva avança para a década de 1950 quando se estabelece orientações para o ensino primário paranaense a partir dos Programas Experimentais<sup>9</sup>. Nesse período as avaliações compreendiam as denominadas “*sabatinas*”, que “eram avaliações escritas mensais, aplicadas de março a junho e de agosto a outubro” e que juntamente com os exames realizados no mês de novembro formava o conjunto de instrumentos utilizados pela comissão examinadora para compor o resultado mediante as capacidades dos alunos e com isso classificá-los, aprovando-os e promovendo às séries subsequentes ou reprovando-os mantendo estes nas séries as quais pertenciam.

A partir da década de 1950 os direcionamentos dados à educação paranaense reflete um alinhamento mais explícito com ideias e propostas de âmbito nacional. Segundo Felisberto (2018) a fim de tornar o ensino e as práticas

---

<sup>7</sup> O professor César Prieto Martinez o qual fora convidado a vir de São Paulo para assumir o cargo de Inspetor de Ensino. Sob sua direção, o Estado do Paraná foi o segundo estado brasileiro a propor a reforma educacional, no bojo das reformas escolanovistas na década de 1920. [...] Tendo em vista a uniformização das práticas de ensino, Martinez elaborou dois documentos: o “Programa de Ensino para os Grupos Escolares” e as “Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná”, aprovadas pelo então Secretário Geral de Estado Marins Alves de Camargo, em 1921. (FELISBERTO, 2018, p. 6)

<sup>8</sup> Organização do Ensino Primário e Normal do Paraná, 1942. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104590>

<sup>9</sup> O documento “Curso Primário: Programas Experimentais” de 1950 (CLARAS, FRANÇA, 2018), apresentava orientações sobre a prática de sala de aula e também destacava formas de como realizar a avaliação no ensino primário.

pedagógicas mais “objetivas”, no sentido de sistematizar os encaminhamentos dados à educação estadual, houve um entrosamento entre as ações do Paraná com as orientações que na época eram elaboradas e disseminadas pelo Ministério da Educação - MEC. O Paraná passa a manter convênios com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, órgão ligado ao MEC, que entre outras ações promove a capacitação de pessoal do estado paranaense para o ensino primário. Resultante disso, o estado cria o Centro de Pesquisas Pedagógicas – CEPE em 1948 que assume a responsabilidade de desenvolver pesquisas e investigações que pudessem auxiliar os professores paranaenses. A sistematização dessas orientações passou a compor os programas de ensino da época e também serviram para estruturar o sistema estadual de verificação do rendimento escolar, ou seja, a avaliação.

A partir da lei nº 4024/61 houve um movimento em que poucos são os estados da federação que investem na instituição dos seus sistemas de ensino. O Paraná toma um direcionamento muito “afinado” com o governo federal, e uma das características desse período, segundo Costa e Amaral (2018, p. 8), se refere ao fato de que “a educação paranaense, a partir do governo estadual, tinha intenções claras e objetivas de se adequar às orientações quanto à estrutura do ensino primário e também quanto às adequações na condução dos processos educacionais”. Nesse sentido, o processo de ensino passa ser tratado de forma mais científica, ou seja, as práticas passam a realizar atividades que motivem e agucem o interesse dos alunos, partindo de situações que fossem reais para os alunos. A avaliação desse período passa ser realizada de forma periódica (mensal) pelo professor e, ao final do período letivo eram realizados os exames finais. Cabe destacar que, entre os anos de 1960 e 1970, a estrutura da avaliação executada pelo professor regente era muito semelhante àquela contida nos exames finais, ou seja, ao longo do ano o professor “treinava” seus alunos para obter um resultado positivo nas avaliações que eram realizadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEC.

Nesse período, nos anos de 1960, segundo Portela e Claras (2018), havia uma preocupação maior da escola primária em preparar o aluno para o seu ingresso no ensino ginásial. Uma solução tomada foi a organização de cursos de preparação de alunos para a realização das provas do Exame de Admissão. Todas as orientações e prescrições para a realização do trabalho pedagógico, segundo os autores, eram advindas da SEC. Segundo depoimentos colhidos pelos autores, de professores que atuaram nessa época nas escolas paranaenses, além dos conteúdos que eram indicados, havia também a orientação de se realizar as sabatinas periódicas mensais. Isso vem corroborar a ideia de Valdemarin (2010, pp.210), a respeito das prescrições do ideário pedagógico da Escola Nova até a década de 1960, em “criar procedimentos para a avaliação e a constituição de classes homogêneas, incentivar a realização de pesquisa para a verificação de outras características do corpo discente”, mas que, em função de ausência de condições democrática resultou numa apropriação de conformação dos professores que restringia sua autonomia e, com isso o professor passa a ser um receptor de prescrições a serem seguidas.

### **Exames, provas e sabatinas: as práticas avaliativas no estado do Paraná entre**

## 1900 a 1970

Valente (2015) afirma que os testes e exames escolares instituídos no Brasil, a partir da década de 1900, reflete um movimento que se inicia com Binet<sup>10</sup>, ainda no final do século XIX, que tinha como intenção tratar o ensino de forma científica. O caminho seria por meio da aplicação de testes com o intuito de coletar elementos objetivos sobre o trabalho realizado pelo professor, possibilitando fazer comparações de resultados de forma a acompanhar o desenvolvimento e o andamento do ensino, neste caso, o da matemática escolar. Com isso, inicia-se a apropriação entre os educadores brasileiros<sup>11</sup> da concepção de que o ensino sofreria as modificações mais adequadas, com vista à sua melhoria, se a organização do ensino da matemática respeitasse a capacidades dos alunos em transpor dificuldades de forma tranquila mediante a aplicação de teste que mostrariam quais conteúdos os alunos apresentam facilidade num determinado período do seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo, poderia identificar em que momento seria mais adequado a inserção de um conteúdo com maior aprofundamento, ou seja, os testes serviriam para a organização de um currículo baseado numa concepção psicológica, nesse sentido, os testes não seriam uma imposição de conteúdos mediante à lógica da ciência matemática mas, sim diante das capacidades dos alunos.

Segundo Valente (2018), a função dos testes seria de orientar a elaboração dos programas do ensino primário pautado em dados objetivos, ou seja, a graduação de dificuldades de conteúdos seria estabelecida a partir do que o aluno poderia realizar, o nível de dificuldade é definido pelo o que a criança conseguia resolver nos testes. Dessa forma, a avaliação da matemática escolar a partir do início do século XX se prestava a realizar um levantamento da situação do ensino e como resposta a isso ocorreu a instituição de um programa mais adequado à condição de aprendizagem de conteúdos matemáticos pelo aluno, ou seja, segundo o autor, os testes permitiriam realizar o que se definiu como standardização dos conhecimentos matemáticos para o ensino primário. Felisberto (2018) afirma que as representações sobre os exames, na esfera oficial, por meio dos escritos de Lourenço Filho (1945), era a de ser um elemento essencial para a organização do trabalho pedagógico no interior das escolas e deveriam ser executados continuamente, ou seja, diferente da forma que era realizado, ao final do ano letivo.

No estado do Paraná durante os anos de 1910 a 1926, segundo Camara

---

<sup>10</sup> “Alfred Binet nasce em 1857, em Nice, França. Tem em sua formação estudos muito diversos. Por volta de 1880 passa a dedicar-se a estudos psicológicos. Em 1886, publica *La psychologie du raisonnement*. Dirige o laboratório de pesquisa de psicofisiologia da Sorbonne. Desenvolve com Théodore Simon escalas para medir a inteligência, elaborando o conceito de idade mental. Em 1905, apresenta a *Escala Métrica de Inteligência*.” (Valente, 2014, p. 14)

<sup>11</sup> Neste caso se refere aos educadores responsáveis por pensar, sistematizar e divulgar propostas educacionais que propuseram a modificação e reorganização da educação dos anos iniciais da escola primária brasileira partir da década de 1920, tendo como apreciadores e defensores da Pedagogia Científica (pedagogia experimental), Lourenço Filho, Sud Menucci, Fernando de Azevedo, Paulo Maranhão e Afrânio Peixoto (Valente, 2015).

(2018), a partir de sua investigação sobre a avaliação na escola primária paranaense, mostra que essa prática fazia uso de sabatinas periódicas no ensino primário e que, muitos vestígios encontrados pela autora permitiram inferir que o “prático” era considerado e valorizado nas construções geométricas de desenhos realizados à mão livre. Para a autora esses vestígios estão relacionados com as lições de coisas e ao método intuitivo, evidenciando que, pelo menos no estado paranaense, nessa época, identifica-se a permanência de concepções de ensino inerentes ao período do Brasil Império “o que evidencia a longa permanência e o lento movimento com que as mudanças educacionais, especificamente no que tange aos saberes geométricos, ocorrem ao longo da história” (Camara, 2018, p. 8).

Mas a permanência não se refere somente às concepções para o ensino, a sabatina continua sendo um instrumento de avaliação utilizado até a década de 1940 (França e Claras, 2018). Segundo os autores o uso desse instrumento foi estendido ao ensino ginasial da época, nos grupos escolares. Em sua análise França e Claras (2018) afirmam que a relação entre os conteúdos considerados nas sabatinas e nos programas do curso primário de 1931, de 1938 e do programa de admissão de 1940 é muito estreita, o que evidencia uma aproximação ao que era prescrito para ser ensinado com o que era avaliado.

Segundo Felisberto (2018) os exames escolares do período compreendido de 1940 a 1950, tinham como representação a ideia de que a partir dos resultados dos exames seria possível empreender mudanças necessárias à “formação e preparação do indivíduo para vida” (Felisberto, 2018, p. 10) e, diferentemente do que se pretendia com os exames que era estabelecer a partir dos resultados programas adequados à aprendizagem dos alunos, no estado do Paraná, segundo a autora, esses se prestavam para verificar o nível intelectual do aluno e suas habilidades para o trabalho, enquanto artífice. Nesse período foi possível identificar um alinhamento da prática de aplicação de exames muito próxima daquela defendida por Lourenço Filho que, a avaliação deveria incidir sobre todos os aspectos envolvidos no processo educacional: a capacidade do aluno, o trabalho do professor, o papel da escola e do sistema educacional como um todo. Resultante disso ocorreu a criação do Centro de Pesquisas Educacionais – CEPE no início da década de 1950 que, apoiado nas concepções da pedagogia científica<sup>12</sup>, tinha como atribuição a organização e aplicação de exames e provas, inicialmente, nos grupos escolares da capital paranaense.

A ideia de que as avaliações deveriam ser ampliadas temporalmente, no sentido de que seriam realizadas em vários momentos do trabalho pedagógico e pelo próprio professor de sala de aula, Costa e Amaral (2018), apontam que havia uma sinergia entre as ações realizadas pelo estado do Paraná com a esfera federal. Durante a década de 1960, o estado paranaense empreende esforços para organizar seu sistema de ensino e segundo os autores havia uma convergência muito intensa entre os propósitos federais com o que se realizava no estado do Paraná. O exemplo disso seria um ensino primário com quatro ou seis séries primárias e um tratamento científico do ensino veiculado pelos programas de ensino

---

<sup>12</sup> A pedagogia se pautava nos estudos da biologia, da psicologia, da antropologia e da sociologia como forma de caracterizar o sujeito e seu desenvolvimento considerando sua individualidade de forma sistemática e com isso passou a orientar as práticas pedagógicas com o fim de ensinar à criança de forma ativa e experimental.

da época (Paraná, 1962)<sup>13</sup>.

Essa sinergia também é identificada na relação entre as orientações prescritas a partir dos programas de matemática para o ensino primário, as avaliações e provas realizadas pelo professor, os manuais didáticos com os exames desenvolvidos e aplicados sob a tutela do CEPE, ou seja, os conteúdos indicados nos programas eram considerados tanto nas provas quanto nos exames. Além disso, a estrutura existente nos exames finais incidia sobre a prova que o professor regente aplicava periodicamente com seus alunos. Essas provas, geralmente, apresentavam exercícios de reconhecimento, arme e efetue, decomposição numérica e também problemas-tipo, essa estrutura era muito próxima daquilo que estava contido nos exames finais da década de 1960 elaborados pelo CEPE.

Contraditoriamente, no período das décadas de 1940 a 1970, o exame de admissão era realizado com o objetivo de identificar as capacidades intelectuais do aluno, autorizando assim seu ingresso no ensino ginásial. Para Portela e Claras (2018), além disso, os exames de admissão, aplicados aos alunos do curso primário complementar paranaense, serviriam para identificar o domínio de conhecimentos necessários para ensinar matemática. Mas, é possível perceber ao longo do tempo o exame de admissão serviu para controle ao acesso ao ensino ginásial visto que há um aumento da procura por esse nível de ensino, principalmente, na década de 1960.

### **A standardização da avaliação da matemática escolar na escola primária paranaense**

Como síntese deste estudo com o intuito de construir uma narrativa do processo de avaliação praticado no estado do Paraná, infere-se que no início do período, ou seja, nas décadas de 1910 e 1920, a avaliação se reduzia na aplicação de um único teste (exame final) no final do ano letivo. Esse teste era elaborado por outras pessoas que não tinham relação direta com o processo de ensino realizado no âmbito das salas de aula das escolas paranaenses, ficando o professor à margem desse processo, quando no mais, era responsável pelo registro da realização das bancas examinadoras. Nesse período o exame tinha como função verificar a condição do aluno progredir nos estudos e, é possível identificar a presença de duas vagas pedagógicas, a primeira que se refere ao método intuitivo com a valorização das construções realizadas pelo aluno e que se aproximava das lições de coisas e, o início da influência da pedagogia científica sobre a realização dos exames com o propósito de tratar o ensino de forma mais objetiva com sustentação científica na definição dos meios de avaliar e de ensinar.

A partir das provas utilizadas nas pesquisas, em relação à geometria, havia uma exigência significativa do domínio conceitual dos termos geométricos, ou

---

<sup>13</sup> Neste período a educação paranaense se pauta na Lei nº 4024/61 para estabelecer seu Sistema Estadual de Ensino e um dos norteadores desse processo é o Documento "O Ensino primário no Paraná: nova seriação e programas para os grupos escolares e casa escolares" elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná em 1962.

seja, exigia-se a clareza na redação dos temas relacionados com a geometria. Quanto a isso é possível afirmar que o estudo da geometria nos primeiros anos de escolarização se reduzia ao domínio teórico desse campo matemático e formal.

A partir da década e 1930 os exames finais não eram os únicos instrumentos de avaliação, nesse momento são consideradas as avaliações realizadas pelos professores ao longo do período letivo, isso reflete um alinhamento com as ideias estabelecidas sobre a avaliação e a aplicação dos exames pelo INEP, que intencionava verificar a eficiência dos modelos de ensino e programas de ensino da época. Nesse sentido, a incidência das regulamentações e orientações oficiais sobre o ensino são mais presentes, principalmente a partir da década de 1940, o que expressa uma intenção do estado do Paraná em tornar mais objetiva a forma de tratar o processo educacional e, reforçando essa perspectiva, ocorre a criação do CEPE, órgão estadual que fica responsável pelo planejamento, elaboração e condução dos processos de avaliação.

É importante destacar que ao longo do período o significado de avaliação sofreu transformações e isso foi se incorporando na cultura escolar paranaense, considerando, por exemplo, a expansão dos exames para além do ensino primário, ou seja, os exames são estendidos também para o ensino ginásial. Além disso, houve também uma modificação quanto a concepção do que se utilizava para a avaliação, que, com a influência da pedagogia científica, passa a incidir sobre as práticas escolares e na organização da escola.

Além dos exames oficiais, ou seja, aqueles elaborados externamente, a partir da década de 1940 para ser considerada as provas que eram realizadas pelos professores ao longo do período letivo. Não se restringia mais a avaliação ao momento da banca examinadora e sim, se analisava o desenvolvimento do aluno ao longo de sua trajetória escolar o que mostra um deslocamento de que, a aprendizagem era verificada num único momento, geralmente em novembro, passa a se considerar a trajetória, verificada por meio de provas periódicas, ao longo do período letivo.

Esse aspecto, ainda carece de investigações para que seja possível estabelecer um entendimento sobre o valor e significado dado para essas avaliações. Há um indício de que as avaliações periódicas serviam para classificar os alunos e com isso organizar turmas de forma homogênea, mesmo assim acredita-se que sejam necessários aprofundamentos para ter uma compreensão mais ampla e profunda sobre o papel do processo de verificação da aprendizagem matemática escolar (provas periódicas) que ocorria paralelamente com a realização dos exames finais nas escolas paranaenses.

Destaca-se também, que nas primeiras décadas do período compreendido neste estudo, o professor estava à margem de todo o processo de elaboração e aplicação dos exames nas escolas primárias paranaenses. Mas, perceber-se que progressivamente o mesmo vai assumindo uma posição de importância nesse processo, afinal, ele era o responsável pelo ensino e assim, passa a elaborar e aplicar seus próprios instrumentos de avaliação.

Nesse sentido, cabe enfatizar que, na década de 1960, houve uma apropriação da forma expressa nos exames oficiais, pois, as provas periódicas aplicadas pelos professores em sua sala de aula apresentavam a mesma estrutura

dos exames finais, ou seja, uma prática de “imitar” a estrutura dos exames foi apropriada e incidu sobre a forma como o professor realizava a avaliação da matemática escolar dos seus alunos. Assim, surge uma questão: essa forma de avaliar, seguindo o formato dos exames, tinha como objetivo estabelecer o contato dos alunos com aquele tipo de prova para se habituar à forma e estrutura da avaliação?

Longe de se chegar a uma explicação definitiva sobre o tema cabe aqui ressaltar que os testes, os exames e as provas e sua sedimentação indicavam uma organização psicológica e objetiva da matemática escolar, que passa a ser expressa nos programas de ensino da escola primária paranaense refletindo a intenção de se padronizar as práticas escolares.

## Referências

Camara, A. (2018). Os saberes geométricos e suas diferentes práticas avaliativas no ensino primário paranaense (1915-1928). XVI Seminário temático: provas e exames escolares e a escrita da história da educação matemática (pp. 1-15). Boa Vista. Retirado em 30 de julho de 2018, de: [http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/CAMARA\\_T2.pdf](http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/CAMARA_T2.pdf).

Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

Costa, R. R. & Amaral, W. A. (2018). O ensino de aritmética na escola paranaense: relações entre o prescrito e o ensino primário. XVI Seminário temático: provas e exames escolares e a escrita da história da educação matemática (pp. 1-14). Boa Vista. Retirado em 30 de julho de 2018, de: [http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/COSTA\\_AMARAL\\_T3.pdf](http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/COSTA_AMARAL_T3.pdf).

Felisberto, L. G. S. (2018). Os exames escolares na trajetória legislativa do ensino primário no Paraná (1900 – 1960). XVI Seminário temático: provas e exames escolares e a escrita da história da educação matemática (pp. 1-15). Boa Vista. Retirado em 30 de julho de 2018, de: [http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/FELISBERTO\\_T2.pdf](http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/FELISBERTO_T2.pdf).

França, I. S. & Claras, A. F. (2018). Dos programas às sabatinas e das sabatinas aos programas: formação matemática dos professores primários não normalistas no Paraná. XVI Seminário temático: provas e exames escolares e a escrita da história da educação matemática (pp. 1-27). Boa Vista. Retirado em

30 de julho de 2018, de:  
[http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/FRAN%C3%87A\\_CLA\\_RAS\\_T3.pdf](http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/03/FRAN%C3%87A_CLA_RAS_T3.pdf).

Paraná (1962). *O Ensino primário no Paraná: nova seriação e programas para os grupos escolares e casa escolares*. Curitiba: SEC.

Portela, M. S. & Claras, A. F. (2018). Provas e exames de admissão no estado do Paraná 1961: orientações oficiais versus a apropriação pela escola. XVI Seminário temático: provas e exames escolares e a escrita da história da educação matemática (pp. 1-17). Boa Vista. Retirado em 30 de julho de 2018, de:  
[http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/08/PORTELA\\_CLARAS\\_T3\\_vf.pdf](http://xviseminariotematico.paginas.ufsc.br/files/2018/08/PORTELA_CLARAS_T3_vf.pdf).

Valdemarin, V. T. (2010). *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez.

Valente, W. R. (2015). A era dos tests e a pedagogia científica: um tema para pesquisa na educação matemática. In W. Valente. *Cadernos de trabalho: testes* (pp. 15-44). São Paulo: Editora da Física.

Valente, W. R. (2014). A era dos tests e a pedagogia científica: um tema para pesquisa na educação matemática. *Acta Scientiae*, 16(1), 11-26.